

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LORENA ALVES MEDEIROS

O assédio moral no trabalho como espelho dos conflitos familiares

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome completo da autora: Lorena Alves Medeiros

Título do trabalho: O Assédio Moral no Trabalho como Espelho dos Conflitos Familiares

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Marilucia Pereira Do Lago, Professora do Magistério Superior**, em 12/02/2024, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Alves Medeiros, Discente**, em 14/02/2024, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4377946** e o código CRC **0689FC05**.

Referência: Processo nº 23070.005311/2024-12

SEI nº 4377946

LORENA ALVES MEDEIROS

O assédio moral no trabalho como espelho dos conflitos familiares

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás sob orientação da prof^a. Dr^a. Marilúcia Pereira do Lago.

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Medeiros, Lorena Alves

O assédio moral no trabalho como espelho dos conflitos familiares
[manuscrito] / Lorena Alves Medeiros. - 2024.
50 f.

Orientador: Profa. Dra. Marilucia Pereira do Lago.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Psicologia, Goiânia,
2024.

Bibliografia.

Inclui tabelas, lista de tabelas.

1. Assédio moral. 2. Trabalho. 3. Conflitos familiares. 4. Trauma..
I. Lago, Marilucia Pereira do, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de 2024 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “O Assédio Moral no Trabalho como Espelho dos Conflitos Familiares”, de autoria de Lorena Alves Medeiros, do curso de Psicologia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa Dra Marilúcia Pereira do Lago com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa Dra Leilyane Oliveira Araújo Masson. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10 tendo sido o TCC considerado Aprovada.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marilucia Pereira Do Lago, Professora do Magistério Superior**, em 06/02/2024, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leilyane Oliveira Araujo Masson, Professor do Magistério Superior**, em 09/02/2024, às 22:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4365169** e o código CRC **5C2FEDD4**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família, que me ensinou o significado do amor da forma mais pura, cuidadosa e respeitosa. Aos meus pais, Vânia e Vital, por sempre investirem nos meus sonhos com confiança, apoio, paciência e compreensão. Ao meu irmão, Gabriel, por me inspirar com sua força e comprometimento, trazendo bom humor e leveza. A minha cunhada, Bruna, por ser tão dedicada e por trazer alegria e entusiasmo em nossos encontros.

Ao meu namorado, Rafael, por todo amor e carinho que investe na nossa relação, tornando-a tão preciosa. Pelos momentos de apoio, incentivo, fortalecimento e compreensão com tanto cuidado e escuta. Por ser companheiro e inspirador. Por fazer transbordar o ‘nós’.

As minhas amigas, que me inspiram e me dão energia nos novos caminhos, escultoras de belas memórias. Por compartilharem comigo um afeto tão valioso. Luíza e Juliana, por construírem comigo uma longa amizade, da qual tenho muito orgulho. Yasmin, Giovanna e Débora, por me acompanharem na faculdade em um percurso tortuoso, porém encantador por tê-las comigo.

A minha chefe, Alessandra Demito, por ser uma líder inspiradora e transformadora na minha trajetória de vida. Por me incentivar, desenvolver e promover reflexões que me levaram a essa pesquisa. Por propiciar um ambiente de trabalho que de fato fortalece e engrandece a minha identidade.

As minhas professoras, por contribuírem com meu processo formativo de forma tão enriquecedora, pelo exemplo de dedicação e compromisso com a Psicologia. À Marilúcia Lago, pelo acompanhamento cuidadoso, atencioso e carinhoso durante toda a trajetória dessa pesquisa. À Leilyane Masson, pela escuta, cautela, gentileza e afeto ao qual conduziu as supervisões do estágio na clínica, e por promover uma experiência tão mobilizante.

“Em última análise, precisamos amar para não adoecer.”

Sigmund Freud

RESUMO

A pesquisa em questão se propõe a investigar como o assédio moral no trabalho espelha conflitos familiares, de modo a proporcionar sofrimento aos sujeitos em cena. A partir disso, busca-se compreender o assédio moral no trabalho como um campo capaz de promover mecanismos de repetição, identificação com o agressor, projeção, afetos, fixações e traumas. Trata-se de entender como o ambiente do trabalho acorda fixações traumáticas da infância. Tal investigação foi pautada nas teorias psicanalíticas de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi, a fim de se esclarecer o campo das relações sociais desde a infância, o processo identificatório e o trauma. E, de modo complementar, contou-se com a Psicodinâmica do Trabalho desenvolvida por Christophe Dejours, para esclarecimento sobre o trabalho enquanto fator de impacto para a identidade do sujeito. A pesquisa possibilitou a compreensão de que o assédio moral é capaz de retomar questões desestruturantes na infância. Isso pode ser um forte desencadeador de comportamentos violentos, promovendo adoecimento psíquico aos que fazem parte do ambiente de trabalho. Portanto, uma via saudável para tal questão abarca espaços de escuta, bem como também condutas de enfrentamento para tal violência.

Palavras-Chave: Assédio moral. Trabalho. Conflitos familiares. Trauma.

ABSTRACT

Bullying at work as a mirror of family conflicts

The research in question aims to investigate how moral harassment at work mirrors family conflicts, to cause suffering to the subjects on the scene. From this, we seek to understand workplace bullying as a field capable of promoting mechanisms of repetition, identification with the aggressor, projection, affections, fixations, and traumas. It is about understanding how the work environment awakens traumatic childhood fixations. This investigation was based on the psychoanalytic theories of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi, to clarify social relations since childhood, the identification process, and trauma. And, in a complementary way, the Psychodynamics of Work developed by Christophe Dejours was used to clarify work as an impact factor on the subject's identity. The research made it possible to understand that bullying is capable of returning to destructuring issues in childhood. This can be a strong trigger for violent behavior, promoting mental illness in those who are part of the work environment. Therefore, a healthy path to this issue encompasses spaces for listening and behaviors to confront such violence.

Keywords: Moral harassment. Work. Family conflicts. Trauma.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fases do desenvolvimento infantil e suas marcas no vínculo com o outro.....	15
Tabela 2 – Conceitos de “assédio moral”	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 DAS INSTÂNCIAS DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO TRAUMA.....	12
2.1 AS PRIMEIRAS RELAÇÕES E RECONHECIMENTO DO SUJEITO PELO OUTRO.....	12
2.2 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD.....	15
2.3 A NOÇÃO DE CONFLITO EM FREUD.....	17
2.4 A NOÇÃO DE TRAUMA EM FREUD.....	19
2.5 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E INSTAURAÇÃO DO TRAUMA EM FERENCZI.....	22
3 DOS IMPACTOS SUBJETIVOS DO TRABALHO ÀS IMPLICAÇÕES PSICOPATOLÓGICAS DO ASSÉDIO MORAL.....	26
3.1 A ÓTICA DE DEJOURS SOBRE A TRAMA ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E A SUBJETIVIDADE HUMANA.....	26
3.1.1 A concepção do trabalho.....	27
3.1.2 Cooperação e relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores.....	28
3.1.3 Sofrimento e defesa no trabalho.....	29
3.2 ASSÉDIO MORAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO SUJEITO.....	31
3.2.1 O assédio moral e seus efeitos.....	31
3.2.2 Implicações legais do assédio moral.....	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Assédio moral é uma questão cada vez mais recorrente no mundo do trabalho, e detém um potencial prejudicial para a saúde mental do sujeito. À vítima cabe um olhar de cuidado, especialmente no que tange a extinção da violência. Por isso, são necessárias análises e ações que envolvam a identificação da causa, entendimento das consequências e combate.

No Brasil, ainda não é possível contar com um ordenamento jurídico, acerca do assédio moral, que envolva todo o território nacional, conforme assegurado pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Contudo, existem alguns projetos em tramitação.

No nosso país, a primeira lei sobre o assunto, é da cidade de Iracemápolis/SP (Lei 1.163/2000), que regulamenta a punição aos servidores públicos municipais que praticam ou participam do assédio moral no ambiente laboral (MENDONÇA, 2015, p. 21).

Mesmo que esse tipo de assédio ocorra há muito tempo, somente em 2023, no Brasil, por meio do Estatuto de Advocacia, se estabeleceu uma diretriz acerca disso em nível nacional, a partir da Lei nº 14.612 de 03/07/2023¹, que considera o assédio moral enquanto uma:

Conduta praticada no exercício profissional ou em razão dele, por meio da repetição deliberada de gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos que exponham o estagiário, o advogado ou qualquer outro profissional que esteja prestando seus serviços a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de lhes causar ofensa à personalidade, à dignidade e à integridade psíquica ou física, com o objetivo de excluí-los das suas funções ou de desestabilizá-los emocionalmente, deteriorando o ambiente profissional.

Em conjunto às ações legais que visam o combate a tal violência, é importante vislumbrar aspectos que antecedem os fatos violentos em si. Assim como também, o cenário no qual se desenvolve. Portanto, o destaque para tal questão tem em vista a importância do trabalho para os indivíduos. É um local em que se passa grande parte da vida, e onde uma série de relações são constituídas. Esses vínculos, assim como a identidade laboral, possuem uma relação direta com a identidade de cada sujeito. Os desafios cotidianos expõem as relações a afetos e desafetos, que acabam por retomar relações familiares. Estas possuem um forte impacto nas que surgirão posteriormente, pois são nessas, primeiramente, que o sujeito se constitui.

¹ Esta Lei altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para incluir o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação entre as infrações ético-disciplinares no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil. (Brasil, 2023).

A partir disso, pretende-se pesquisar se: O assédio moral no ambiente de trabalho espelha experiências de conflitos familiares? Em prol de responder à questão, busca-se com o objetivo geral: Compreender como os conflitos no ambiente de trabalho podem espelhar vivências de conflito no contexto intrafamiliar de modo a representar um sofrimento na vida dos sujeitos envolvidos na cena. E com os objetivos específicos: Compreender o assédio moral no trabalho como repetição por identificação com o agressor da história pessoal; Compreender o contexto das relações de trabalho como um campo de projeção dos afetos, fixações e traumas das relações familiares; Compreender como se dão os processos identificatórios dentro do contexto do ambiente de trabalho a partir da teoria da psicodinâmica do trabalho.

De modo mais específico, isso será pautado nas teorias de Sigmund Freud, Sándor Ferenczi e, de forma complementar, conhecimentos de Psicodinâmica do Trabalho por Christophe Dejours. Os dois primeiros autores constituirão a base para compreender o pilar das relações humanas que abrangem as questões de conflito, constituição do trauma e repetição das vivências. O terceiro autor mencionado contribuirá no entendimento dessas relações com o mundo do trabalho.

O assédio moral no trabalho como espelho dos conflitos familiares, enquanto tema a ser desenvolvido na pesquisa em questão, surge a partir de uma experiência atual em um estágio na área organizacional que me proporcionou ampliar o olhar para os conflitos nas relações de trabalho. Essa organização possui uma atuação preocupada com a qualidade de vida e saúde mental dos trabalhadores. Desse modo, tal vivência me alertou para a importância das relações estabelecidas durante a vida, que formam importantes pilares para a saúde mental de cada sujeito. Então, me atentei para a necessidade de investigar as relações entre adoecimento no ambiente de trabalho, conflitos no trabalho e conflitos familiares. Levando em conta que, o ambiente de trabalho é parte significativa na vida de cada indivíduo, causando impacto na constituição psíquica de cada um.

A partir disso, concebe-se que a relevância da pesquisa se encontra em compreender o enlace entre histórico das relações pessoais na família e conflitos nas relações de trabalho, possibilitando um maior alcance do entendimento sobre a psicopatologia do trabalho. Concomitantemente, torna-se possível entender as repetições de conflitos que ocorrem entre o contexto familiar e o contexto do trabalho. Desse modo, ao identificar as cenas e mecanismos de recorrência desses conflitos, possibilita-se aplicar práticas de prevenção e combate de assédio moral. A fim de entender de que maneira as relações de abuso de poder e de assédio moral repetem

essas vivências passadas na família. Assim, atentar-se à subjetividade de cada sujeito, entendendo a sua história pessoal de relações intrafamiliares, os vínculos entre seu psiquismo, e o social, especificamente, o trabalho, promove o fortalecimento de movimentos identificatórios de cada pessoa com seu trabalho constituído por mais saúde.

A temática a ser desenvolvida utilizará o método qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica que engloba produções teóricas de diferentes autores, em especial, Sigmund Freud, Sándor Ferenczi e Christopher Dejours. Segundo John W. Creswell, “[...] os procedimentos qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem, têm passos singulares na análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação” (Creswell, 2007, p. 206). Será feita uma análise de conteúdo levando em conta os principais conceitos e pontos de discussão relativos ao assédio moral no contexto de trabalho e relações familiares, como é percebido pelos autores essa relação.

A pesquisa bibliográfica se dará pelo acesso a obras publicadas dos teóricos mencionados, relativas aos conteúdos condizentes à teoria desenvolvida por cada autor, relacionada ao tema da pesquisa. Em Freud, a pesquisa se pautará no que tange aos conflitos iniciais vividos na infância, como isso impacta a constituição do sujeito frente às relações familiares. Contribuições de Ferenczi seguirão no âmbito do trauma desestruturante, como a experiência do trauma culmina na identificação com o agressor. Por fim, em Dejours, o foco recairá sobre as experiências de prazer e sofrimento no trabalho, e como esse contexto corroboram para acordar antigas fixações e traumas a partir de novas configurações de relações.

Além disso, haverá uma busca por artigos na plataforma do Google Acadêmico, utilizando-se de palavras-chave como “conflitos familiares”, “trauma desestruturante”, “ambiente de trabalho” e “assédio moral”. Primeiramente, a fim de encontrar materiais acerca desses conteúdos produzidos por outros autores que partem de uma perspectiva psicanalítica. E em segundo lugar, como diferentes autores concebem a conceituação de “assédio moral” vinculado ao ambiente de trabalho. Utilizados de maneira a atualizar e complementar o arcabouço teórico principal da pesquisa em questão, sobre como os conflitos podem estar presentes no contexto intrafamiliar assim como no ambiente de trabalho. Os livros e artigos selecionados serão submetidos a uma revisão bibliográfica.

2 DAS INSTÂNCIAS DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO TRAUMA

Considerar as consequências do trauma na fase adulta requer uma recuperação do processo de constituição do sujeito e, ainda, como se dá as primeiras relações do sujeito na sua infância. Isso porque, a fim de compreender a repetição e a projeção de comportamentos violentos, é necessário entender o ponto de partida, os fatores primários. Para isso, será levado em conta a importância do sujeito em se ver reconhecido pelo outro, o processo identificatório na infância a partir de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi, até o conceito, constituição e impacto do evento traumático.

2.1 AS PRIMEIRAS RELAÇÕES E RECONHECIMENTO DO SUJEITO PELO OUTRO

Primeiramente, é preciso compreender que o sujeito se constitui nas relações que tece ao longo da vida. Como explícito em seu texto *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), Freud esclarece o caráter essencial das relações para a constituição do sujeito. “Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário [...]” (FREUD, 1921, p. 11). Nesse ponto, há uma antecedência quanto à ambivalência que pauta as relações humanas, uma característica de destaque que já prevê um aspecto conflituoso. “Nas mencionadas relações com os pais e irmãos, com a amada, o amigo, o professor e o médico, o indivíduo sempre sofre a influência de apenas uma pessoa, ou um número mínimo delas, cada uma das quais adquiriu para ele significação extraordinária” (FREUD, 1921, p. 11). Portanto, o sujeito é um sujeito de relações, que se estabelece, se constitui e se desenvolve nelas.

Isso pode ser verificado já nas primeiras relações do bebê. Todo o processo de desenvolvimento infantil que abarca a consciência de si, do próprio corpo, implica o outro que, de certo modo, valida todo o processo. Freud, em sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, concebe a sexualidade infantil como sendo perverso-polimorfa. Perversa, pois tais manifestações sexuais não estão ligadas à reprodução. E polimorfa levando em conta a centralização de um objeto sexual, que atribui diferentes modos de satisfação através de zonas erógenas. “Portanto, o corpo da criança é tomado por pulsões parciais autoeróticas, que são pulsões sexuais fragmentadas e

independentes entre si no que diz respeito à busca pela satisfação. A obtenção de prazer é encontrada no próprio corpo e não em um objeto externo” (COUTO, 2017, p. 1).

Desse modo, Freud caracteriza a vida sexual infantil através de uma organização sexual composta por quatro fases: oral, sádico-anal, fálica e genital. Por fim, essas fases alcançarão a vida sexual adulta.

Convém destacar ainda que as fases de desenvolvimento são resultados de um processo que inclui o acionamento de mecanismos de defesa como o recalque e a projeção, que por sua vez implicam fixações e regressões para caracterizar sua estruturação mais dinâmica – já que sinuosa – do que linear e determinista. Cada fase diz respeito a uma etapa do desenvolvimento da libido em que há a preponderância de uma zona erógena e uma modalidade específica de relação com o objeto (COUTO, 2017, p. 1).

Na fase oral, a boca é central para o bebê desenvolver o seu conhecimento do mundo, enquanto o seio da mãe se tornará o primeiro objeto da pulsão sexual. Ainda que, a posteriori, a sucção do seio materno seja substituída pela sucção de alguma parte do próprio corpo do bebê. “Como a atividade sexual surge misturada à necessidade de nutrição, podemos dizer que o leite é o objeto que satisfaz o corpo psíquico, já que enquanto o bebê suga, há toda uma relação de afetividade que vai inserindo o pequeno corpo na ordem simbólica” (COUTO, 2017, p. 2).

Em seguida, na fase sádico-anal, as fezes servirão como “moeda de troca” na relação entre a criança e o seu cuidador. Tal simbolismo consolida as primeiras relações na infância. “Nessa relação de troca com o outro, há perdas e ganhos: ao renunciar ao prazer proporcionado pela retenção das fezes, a criança ganha o respeito social” (COUTO, 2017, p. 2). Assim, tal fase caracteriza-se pela dualidade atividade/passividade. Inicia-se, então, a presença de outras dualidades ao longo da vida do sujeito, tais como masculino/feminino.

Ainda nessa fase, há um destaque uma agressividade típica presente na criança. Quando há uma fixação nessa etapa, segundo Freud, observa-se que “[...] o indivíduo acabaria manifestando em seu comportamento as características desse estágio: expulsão, retenção, domínio da musculatura sobre o objeto, entre outros.” (GONÇALVES, 2022, p. 246). Essa fixação ocorre quando parte da libido não segue o desenvolvimento corrente, ela “[...] facilitaria a ocorrência de regressão a etapas prévias do desenvolvimento sexual, quando o sujeito experienciasse frustrações” (GONÇALVES, 2022, p. 247). Portanto, os impulsos e pensamentos hostis expressos na vida adulta, indicam uma fixação na fase sádico-anal.

A fase fálica será marcada pelo reconhecimento da genitalidade masculina. “Nela, há uma suposição do menino de que todos, assim como ele, possuem pênis, considerado uma preciosa parte anatômica, um apêndice visível e muito valorizado. Trata-se, portanto, de uma primazia do falo” (COUTO, 2017, p. 2). O falo representará o objeto que será investido pela libido, portanto, o desejo enquanto falsa noção de completude. Essa fase será marcada pela diferenciação de percepção entre o masculino e o feminino, inserindo-se ainda a vivência edipiana, bem como o seu declínio, e a ameaça da castração. Há ainda a marcação do período de latência, que faz o intermédio entre a sexualidade infantil e a adulta.

Diferente do menino que, inicialmente, quando vê a genitália feminina, rejeita a ausência de um pênis, a menina admite que não tem aquilo que viu, mas que quer tê-lo também. Não é que a menina queira um pênis, mas a sensação de potência que tal órgão promove. Nesse sentido, a inveja do pênis corresponde à inveja do falo. Portanto, na fase fálica, o menino experimenta o sentimento de angústia pela possibilidade de perder o falo e a menina sofre por já tê-la perdido. (COUTO, 2017, p. 3).

Desse modo, no complexo de Édipo, o falo enquanto representação de poder, liga-se ainda ao ódio pelo pai por tê-lo relacionado a uma figura de autoridade. Tal representação pode ser recuperada na vida adulta nas relações de trabalho com novas figuras de poder. Tanto pela via do ódio em não possuir tal posição, quanto por estar nessa posição e usar disso como promotor de hostilidade. As relações de autoridade são atualizadas durante a vida, e no trabalho elas ainda se misturam com novas configurações de poder, status e privilégios.

Por fim, na fase genital, há a consolidação da vida sexual adulta. A pulsão será direcionada a um objeto externo. As excitações sexuais partiram da zona genital, por meio dos objetos pênis e vagina, culminando na reprodução através de tais objetos. “Para se desvincular dos pais, é preciso dessexualizá-los como objetos sexuais e dirigir os desejos libidinais para um objeto de amor real, no mundo externo” (COUTO, 2017, p. 3).

Tabela 1 - Fases do desenvolvimento infantil e suas marcas no vínculo com o outro

(continua)

Fases	Vínculo com o outro
Oral	Nutrição do bebê por meio da sucção do seio materno

(conclusão)

Fases	Vínculo com o outro
Sádico-anal	Fezes como “moeda de troca” entre a criança e o cuidador
Fálica	Diferenciação de percepção entre o masculino e o feminino
Genital	Excitações sexuais direcionadas ao meio exterior

Fonte: elaborada pela autora (2024)

Conforme sintetizado na tabela acima, cada fase do desenvolvimento infantil requer um contato com o outro, seja para mediar o contato com o mundo, ou mesmo para reconhecer seu espaço. É por meio das primeiras relações que os indivíduos estabelecem os seus parâmetros para as relações seguintes. Desse modo, os pais (cuidadores) portam-se como figuras de autoridade que apresentaram as formas de se relacionar nesse nível. Os futuros chefes, líderes, supervisores que ocuparão cargos de autoridade em uma empresa, representarão, para si e para o outro, um reflexo dos seus pais.

2.2 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO EM FREUD

Acerca das relações que o sujeito tece ao longo de sua vida, existe uma “libido” implicada, que Freud assegura na obra de 1921, *Psicologia das massas e análise do Eu*. Essa expressão provém da teoria da afetividade, e é relativa à “[...] energia, tomada como grandeza quantitativa - embora atualmente não mensurável -, desses instintos relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra ‘amor’” (FREUD, 1921, p. 33). O “amor” a ser levado em conta abrange o amor a si mesmo e ao outro, seja qual for o teor da relação, cada qual em seu espaço e, ainda, o que diz respeito à entrega dedicada a ideias abstratas e objetos concretos. O foco em questão repousa no vínculo com o outro, no qual a investigação psicanalítica assegura uma conservação dos impulsos instintuais com a manutenção da “identidade reconhecível” (abnegação, busca de aproximação). Assim, vínculo e libido estão intimamente interligados, desdobrando-se no afeto.

E para a psicanálise, a identificação caracteriza-se como a primeira manifestação de ligação afetiva entre indivíduos. Freud aprimora esse conceito estabelecendo três modos de ocorrência desse processo. O primeiro tem uma importante função antecedente ao complexo de Édipo, no qual o menino “toma o pai como seu ideal” (FREUD, 1921, p. 47). A partir disso, toma-se em destaque a influência dessa relação para o desenvolvimento e repetição de outras mais tarde em sua vida, como será tratado mais adiante.

O segundo modo ocorre semelhante ao processo de formação dos sintomas na neurose. Nesse texto de 1921, Freud recorre a um caso, “[...] uma menina que desenvolve o mesmo sintoma que a mãe - uma tosse atormentadora. [...] O sintoma, nesse caso, representa o amor pelo pai e, sob a influência dos sentimentos de culpa, o desejo de assumir o lugar da mãe é atendido - a tosse aterrorizante” (GUIMARÃES, V. C., 2007, p. 342). Há ainda uma outra forma na qual o sintoma a ser repetido é o da pessoa amada. Assim, “[...] a identificação tomou o lugar da escolha de objeto e que a escolha de objeto regrediu para a identificação” (FREUD, 1921, p. 49).

No terceiro modo de identificação não há investimento libidinal, tendo em vista que não há uma relação de objeto, segundo Freud. Este usou um caso para elucidar essa questão: uma moça recebeu uma carta da pessoa pela qual está apaixonada, e isso lhe causou crises de histeria. Suas amigas do internato, em situação de inveja e por infecção psíquica, acabam por desenvolver uma crise semelhante. “O mecanismo é aquele da identificação baseada em querer ou poder colocar-se na mesma situação” (FREUD, 1921, p. 49).

O que aprendemos dessas três fontes pode ser resumido assim: primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação (FREUD, 1921, p. 49-50).

Tendo em vista as variadas formas de identificação, percebe-se que o sujeito está implicado na sua realidade. Esta que envolve processos subjetivos de vinculação e afeto, nos quais os sujeitos não se ausentam de se afetar nas relações que constitui. Nesses encontros, a ambivalência colocará em destaque a diversidade dos desejos em cena, podendo culminar em um conflito.

2.3 A NOÇÃO DE CONFLITO EM FREUD

Enfim compreendido o elo que compõe as relações, há de se investigar o caráter ambivalente que nelas existe, que corresponderão a noção de conflito, enquanto manifestação inconsciente, na teoria psicanalítica freudiana.

Conforme testemunho da psicanálise, quase toda relação sentimental íntima e prolongada entre duas pessoas - matrimonial, amizade, o vínculo entre pais e filhos - contém um sedimento de afetos de aversão e hostilidade, que apenas devido à repressão não é percebido. [...] Quando a hostilidade se dirige para pessoas normalmente amadas, chamamos isso de ambivalência afetiva, e explicamos o fato, de maneira certamente racional em demasia, pelas muitas ocasiões para conflitos de interesses que surgem precisamente nas relações íntimas (FREUD, 1921, p. 43-44).

Uma manifestação dessa ambivalência pode ser identificada na obra *Além do princípio do prazer* (1920), de Sigmund Freud, quando ele apresenta o “jogo do Fort-Da”. Essa nomeação foi desenvolvida a partir da observação da brincadeira de uma criança. Nesse momento, observou-se que o menino jogava o brinquedo e puxava-o novamente, associado a uma compreensão de “desaparecimento e reaparição”.

A interpretação do jogo foi simples, então. Ele estava relacionado à grande conquista cultural do menino, à renúncia instintual (renúncia à satisfação instintual) por ele realizada, ao permitir a ausência da mãe sem protestar. Compensava a si mesmo, digamos, ao encenar o desaparecimento e a reaparição (FREUD, 1920, p.129).

As experiências conflituosas, que se iniciam na infância, são exploradas por Freud, no decorrer de suas obras, como algo intrínseco à vida humana. Para ele, a vida mental é regida pelas seguintes antíteses: “Sujeito (ego) - Objeto (mundo externo); Prazer - Desprazer; e Ativo - Passivo” (FONTES, 2008). Essa concepção teórica contribuirá para a pesquisa em questão, especialmente, nas seguintes dualidades: Prazer - Desprazer; Inconsciente - Consciente; e Introjeção - Projeção.

Acerca da primeira, é central a ideia de que o funcionamento mental está direcionado à busca pelo prazer e diminuição do desprazer. Contudo, o sujeito compreende que a satisfação total dos prazeres nem sempre é possível e a melhor das opções, que seja coerente a todas as situações. A partir disso, há o que Freud chamou de *Princípio da realidade*. Esta refere-se a um processo

secundário de inibição da descarga que ocorre no processo primário, por via do princípio do prazer (FONTES, 2008).

Na segunda dualidade em foco, o inconsciente representa uma energia livre caracterizada pelos processos primários (princípio do prazer). Em contrapartida, o consciente refere-se às energias interligadas a processos secundários (princípio da realidade). Haverá um movimento de limitar a aparição dos conteúdos conscientes por parte do recalque e da repressão, concomitante à ação do inconsciente de contornar a censura e a resistência para a expressão de seus conteúdos (FONTES, 2008).

Por fim, sobre a terceira dualidade, concebe-se a projeção como um mecanismo de defesa direcionada ao mundo externo quando em contato com os conteúdos ameaçadores ao interno. Enquanto a introjeção representa um movimento para dentro, integrando um objeto à psique do sujeito, levando em conta a identificação do ego a um objeto amado (FONTES, 2008).

Portanto, a noção de conflito é algo de muito valor para a psicanálise, pois é algo essencial no processo constitutivo do ser humano.

Não é apenas em relação às pulsões que Freud fala de conflito: ele pode se dar entre dois tipos de pulsões (pulsões do ego vs pulsões sexuais), como pode ocorrer entre duas instâncias psíquicas (sistema Ics vs sistema Pcs/Cs), ou ainda entre o desejo e a defesa. É o conflito, particularmente o conflito edipiano, que institui a ordem humana, assim como é o conflito que produz a clivagem do psiquismo (FONTES, 2008, p. 9).

Tal experiência demonstra que os indivíduos sempre estiveram inseridos em conflitos ao longo da vida, que se inicia logo na infância. Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud esclarece a sexualidade infantil como constituída de diferentes estágios, nos quais, com o passar da idade, diferentes zonas erógenas estão associadas ao prazer. O chuchar o dedo poderá ser identificado como a primeira zona erógena. Portanto, o chuchar na amamentação terá grande espaço de importância no vínculo da criança com a mãe.

Por meio das relações se advém também, para além das experiências de prazer e satisfação, relacionadas à constituição do psiquismo, as experiências de conflito, como o desmame, por exemplo (FREUD, 1905). A partir disso, há um outro conflito que é central na primeira infância para tal constituição: o complexo de Édipo. Neste, haverá uma ameaça à castração, que culmina

em uma desorganização na relação entre mãe e filho, será declarada a incompletude e impossibilidade de prazer completo (PIZUTTI, 2012).

Tendo em vista as etapas de identificação e encontro com o Édipo, reitera-se que o sujeito se constitui em relações permeadas por conflitos. Estes serão rememorados e revividos com o passar dos anos em outros estágios e a partir de contatos com novas experiências. E, nesse ponto, insere-se ainda os mecanismos de repetição frente às identificações atuais com experiências passadas.

Em seu artigo sobre a técnica *Recordar, repetir e elaborar* (1914), segundo Freud, a repetição se dá a partir da transferência do que foi esquecido para o presente. “Quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir).” (FREUD, 1914, p. 150). O doente retira do passado as defesas durante a continuidade da terapia. O trabalho terapêutico se constituirá, então, em uma recondução ao passado.

[...] ele repete tudo o que, das fontes do reprimido, já se impôs em seu ser manifesto: suas inibições e atitudes inviáveis, seus traços patológicos de caráter. Ele também repete todos os seus sintomas durante o tratamento (FREUD, 1914, p. 151).

Poderá ou não haver uma resolução dos conflitos e isso pode ocorrer por meio de repetições. Essa atualização de determinadas vivências pode ocorrer em diferentes meios, como no ambiente de trabalho. Para além disso, há de se compreender a conotação que essas vivências de conflitos podem ocupar na vida do sujeito. Elas podem estar relacionadas a instauração de um trauma.

2.4 A NOÇÃO DE TRAUMA EM FREUD

A conceituação de trauma antecede à psicanálise freudiana com a prática clínica de Charcot no Hospital Salpêtrière no século XIX, relacionando sintomas histéricos a lesões neurológicas. Ele identifica na hereditariedade a principal etiologia da doença, capaz de desencadear os sintomas traumáticos. A partir disso, Freud desenvolve um interesse pelo estudo da histeria. Este, em conjunto à Breuer, avança em uma teoria do trauma rumo às respostas afetivas correspondentes ao trauma, e não ele em si (GUZMAN, 2021).

É a lembrança do trauma, e não o trauma em si, o que desencadeia os sintomas. Quando a dissociação da memória do trauma é desfeita e volta a integrar-se ao conjunto das memórias, a lembrança do trauma vem à consciência, permitindo que essas emoções intensas possam ser expressas de forma adequada (GUZMAN, 2021, p. 3).

O rompimento entre Freud e Breuer se dá pela distinção de concepções sobre o porquê nem todas as pessoas desenvolvem sintomas histéricos a partir de experiências traumáticas. Breuer se aproxima às ideias de Charcot ao levar em conta a hipnose, associada ao momento no qual a memória do trauma se dissocia. Enquanto Freud, atribui essa dissociação às angústias provocadas e relativas aos desejos da pessoa (GUZMAN, 2021).

A noção de trauma na teoria freudiana perpassa e oscila por diferentes espaços. “[...] o traumatizante seria sempre associado ao rompimento de uma estrutura de defesa” (CASTILHO, 2013, p. 236). O primeiro modelo do trauma refere-se à constituição da teoria da sedução. Freud insere a ideia de “a posteriori” nessa teoria para explicar o trauma. “A memória da sedução adquiriria valor traumático não na hora do acontecimento, mas se tornava traumática posteriormente, após a chegada da sexualidade na puberdade” (GUZMAN, 2021, p. 4).

Acerca dessa teoria da sedução, “[...] o evento externo não produz por si mesmo o trauma, mas na verdade dispara uma atividade psíquica - esta sim, patogênica” (CASTILHO, 2013, p. 237). Em estado de passividade, entende-se que há um potencial traumático vivenciado pelo infante. Esse potencial, que culminou de uma ação sexual de um adulto ou outra criança, ficará adormecido até um momento futuro a ser recuperado por uma lembrança inconsciente (CASTILHO, 2013).

Portanto, segundo Freud, o modo traumático atua enquanto revivescência da lembrança, em momento posterior à entrada do sujeito na maturidade sexual (CASTILHO, 2013).

[...] em termos de lógica do trauma, o que vale é apenas a relação entre dois termos: uma dialética entre um primitivo acontecimento abusivo ainda não significado e sua lembrança ressignificante, entre os quais se insere sua inocuidade temporária posteriormente transformada, em reativação traumática, a partir de um conhecimento adquirido pela vítima sobre a sexualidade ao longo de seu amadurecimento (CASTILHO, 2013, p. 240).

No segundo momento de concepção de trauma por Freud, a fantasia se insere nesse espaço com grande importância. Há um abandono da teoria do trauma referente à sedução e parte para a compreensão da neurose pautada no papel da transferência (GUZMAN, 2021).

A partir disso, Freud passa a considerar que os sintomas não são derivativos de traumas da infância, senão que são essas memórias construídas *a posteriori* com traços de acontecimentos reais da infância que dão origem aos sintomas (GUZMAN, 2021, p. 5).

Com esse novo foco, que retira o trauma da centralidade, concebe-se que “[...] lembrança e fantasia são correlativas e contrafaciais na irrupção traumática, por via da ressignificação do evento passado infantil” (CASTILHO, 2013, p. 245). A esse cenário, a noção de sexualidade infantil traz a noção de estimulação pulsional que percorrerá etapas de desenvolvimento.

Além disso, Freud debruçou-se sobre as neuroses traumáticas para verificar a base da fixação no instante do acidente traumático. “Os doentes repetem a situação traumática regularmente nos seus sonhos, e ressurgem na forma de ataques histeriformes nos quais há um traslado total do sujeito a essa situação, como se não tivessem findado com a situação traumática” (GUZMAN, 2021, p. 5). Desse modo, “Freud passa a mencionar que nem toda fixação conduz necessariamente a uma neurose, mas que toda neurose inclui uma fixação” (GUZMAN, 2021, p. 6). De modo complementar, Freud realizou uma análise sobre a economia do trauma.

Contra o exterior do aparelho psíquico existe uma proteção que serve para reduzir as quantidades de excitações. O trauma são excitações externas que são fortes o suficiente para romper essa proteção. Um evento externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo e pôr em movimento todos os meios de defesa. Assim, o princípio do prazer é posto fora de ação devido a que não se pode evitar que o aparelho psíquico seja inundado pelas grandes quantidades de estímulo. Assim, tenta-se controlar o estímulo para conduzi-las à eliminação (GUZMAN, 2021, p. 7).

Portanto, os sonhos traumáticos teriam o intuito de recolocar a cena traumática, a fim de resgatar o princípio do prazer que havia sido interrompido pelo trauma. Além disso, o sujeito é levado a uma compulsão à repetição, sofrendo pela repetição de vivências dolorosas. Ainda que possua uma importância para o psiquismo, tal mecanismo não configura uma resolução do trauma. (GUZMAN, 2021). Para isso, Freud argumenta que “[...] é o ‘efeito de sugestão’ da terapia que aí vem ajudar a compulsão à repetição, isto é, a docilidade para com o médico, profundamente arraigada no inconsciente complexo parental” (FREUD, 1920, p. 173). Portanto, no caminho para a resolução do trauma encontra-se um momento de elaboração do vivido, especialmente pela fala, e não necessariamente na repetição do traumático.

Após substituir uma forma de expressão puramente descritiva por uma sistemática ou dinâmica, podemos dizer que a resistência do analisando vem de seu Eu, e logo percebemos que a compulsão à repetição deve ser atribuída ao reprimido inconsciente. Ela provavelmente não podia manifestar-se até que o trabalho terapêutico, vindo-lhe ao encontro, afrouxou a repressão (FREUD, 1920, p. 132).

2.5 O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO E INSTAURAÇÃO DO TRAUMA EM FERENCZI

De modo a agregar com toda essa contribuição teórica para a pesquisa em questão, a teoria ferencziana assegura duas percepções sobre o trauma: o estruturante e o desestruturante. O primeiro refere-se aos traumas ocorridos inevitavelmente, essenciais para a constituição subjetiva, como por exemplo o desmame. Enquanto o segundo, são traumas que atingem diretamente o projeto identificatório do sujeito (FAVERO, A. B. et al., 2009). E será sobre o trauma desestruturante o enfoque dessa pesquisa.

As relações estabelecidas no social serão importantes agentes de impacto na desorganização do aparelho psíquico. Assim, o trauma insere-se como uma perturbação na relação entre o sujeito e o outro. As relações de conflito iniciam-se na infância logo quando a criança é submetida às leis dos adultos. Assim, o bebê se depara com uma “onipotência incondicional” e com contato com as sensações de prazer e desprazer, que culminarão em alterações no aparelho psíquico (FAVERO, A. B. et al., 2009).

No Ferenczi tardio, o trauma resulta de um primeiro momento em que um evento precoce e real acontece - as atitudes passionais dos adultos frente às demandas de carinho e verdade das crianças - e outro em que um *desmentido* ocorre no ambiente próximo à criança (FAVERO, A. B. et al., 2009, p. 171).

Quando os adultos impõem à criança um jogo de punições com ameaças, ela receberá isso como um choque incompreensível. Isso promoverá uma fuga da realidade como reação a tal violência (FAVERO, A. B. et al., 2009).

[...] o trauma resulta numa cisão do eu da criança. Em outras palavras, depois de intensidade insuportável do vivido ocorre a desqualificação da experiência. É isso o que resulta em uma identificação com o agressor. O sentimento de culpa que o pai ou a mãe deveriam sentir é vivido pela criança, que assume a responsabilidade pela experiência

sexual - responsabilidade que a princípio não é dela, mas do agente sedutor -, sentindo-se invalidade nas defesas de seu eu (FAVERO, A. B. et al., 2009, p. 172).

O desmentido, trazido no discurso do adulto, carrega o caráter traumático e desestruturante. A criança passa a sentir-se dividida entre a culpa e a inocência, culminando em uma identificação defensiva com o agressor. (FAVERO, A. B. et al., 2009).

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência. Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor, por identificação, digamos, por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, e torna-se intrapsíquico [...] (FERENCZI, 1932, p. 117).

Dessa circunstância, o trauma forma-se a partir do evento traumático e do desmentido. “Como produto do *desmentido* do adulto à paixão com que respondeu à demanda da criança por ternura, o trauma se torna um corpo estranho no psiquismo desta, e produz-se uma situação em que a introjeção é impossível” (FAVERO, A. B. et al., 2009, p. 173).

Essa introjeção, a que Ferenczi refere-se como mecanismo da criança frente ao trauma, será um modo de incluir o mundo exterior nas suas fantasias. Essa forma de atenuar as sensações de insatisfação e desprazer é central para a constituição do eu, importante para a organização e estruturação do funcionamento psíquico. A partir do momento que a criança passa a distinguir experiências subjetivas das objetivas, ela passa a operar uma projeção primitiva. “Expulsar para o mundo exterior será, assim, mais um recurso disponível para lidar com os afetos e sensações desagradáveis oriundos do interior” (FAVERO, A. B. et al., 2009, p. 174).

Sándor Ferenczi, nas *Reflexões sobre o trauma* (1992), expõe que o “choque” está relacionado a uma destruição do sentimento de si, prejudicando as ações de resistência, ação e pensamento, tendo em vista a defesa do Si mesmo.

A comoção psíquica sobrevém sempre sem preparação. Teve que ser precedida pelo sentimento de estar seguro de si, no qual, em consequência dos eventos, a pessoa sentiu-se decepcionada; antes, tinha excesso de confiança em si e no mundo circundante; depois, muito pouca ou nenhuma. Subestimou a sua própria força e viveu na louca ilusão de que tal coisa não podia acontecer; ‘não a mim’ (FERENCZI, 1934, p. 125-126).

Tal comoção psíquica, que ocorre de forma súbita, é capaz de produzir grande desprazer. Para Ferenczi, há duas formas de superar tal questão. A primeira refere-se a uma alteração do mundo em torno do sujeito, de modo que se afaste a causa do distúrbio. A segunda forma seria por meio da criação de uma representação da mudança que se objetiva da realidade, a fim de tornar-se mais favorável. Essas imagens de novas representações permitirão uma sensação de suportar tal desprazer (FERENCZI, 1934).

Essas representações agem como antídoto contra o desprazer (como anestésico) e capacitam-nos para um comportamento apropriado enquanto durar o desprazer ou a ação que engendra a dor [...]. Também se produzem simultaneamente ‘reações substitutivas’ (contrações musculares), que já se poderia qualificar de ilusionais, ou seja: defesa e ações de afastamento em face de objetos ou de pessoas inocentes (mas análogas), na grande maioria das vezes coisas inanimadas no lugar de coisas vivas e, com muita frequência, em face de si mesmo (arrancar os cabelos) (FERENCZI, 1934, p. 126-127).

Atendo-se à questão das consequências, Ferenczi identifica que o traumatismo provoca uma angústia, enquanto “[...] sentimento de incapacidade para adaptar-se à situação de desprazer [...]” (FERENCZI, 1934, p. 127). Primeiramente, vivencia-se uma fuga, para depois a busca por eliminar a irritação. A válvula de escape para o desprazer, no sofrimento mudo, pode ser encontrada na autodestruição, com a intenção de libertar-se da angústia. Assim, a destruição mais fácil seria da consciência, causando a chamada “desorientação psíquica”.

A desorientação ajuda: (1. °) imediatamente, como válvula de escape, como sucedânea da autodestruição; (2. °) pela suspensão da percepção mais ampla do mal, em particular do sofrimento moral, mais elevado - eu não sofro mais, quando muito uma parte do meu corpo; (3. °) por uma formação nova de realização de desejo a partir dos fragmentos, no nível do princípio do prazer (FERENCZI, 1934, p. 127).

Além disso, como parte dos efeitos do evento traumático, ocorrem os sintomas de repetição do trauma: denominados restos diurnos. Eles se apresentarão enquanto repetição da neurose traumática, com a função de direcionar o trauma a uma possível resolução (FERENCZI, 1934).

Os sonhos de angústia e os pesadelos são realizações de desejo imperfeitamente ou a custo conseguidas, mas não se pode desconhecer seu atrativo no trabalho de deslocamento parcialmente realizado. Por conseguinte, os restos do dia e da vida são impressões psíquicas tendentes à repetição, não resolvidas nem dominadas, inconscientes e que, talvez, jamais foram conscientes, as quais surgem mais nas condições do sono e do sonho

do que em estado vígil, e exploram para seus fins a capacidade de realização de desejo do sonho (FERENCZI, 1934, p. 128-129).

Compreender essa cadeia do trauma é essencial para esclarecer o berço das vivências de conflito presentes desde a infância, e que terão reflexos no trabalho. As novas relações que se constituirão neste espaço podem acordar antigas fixações ou traumas. Portanto, é importante entender o impacto que o trabalho possui na constituição do psiquismo, promotor de experiências de prazer e sofrimento. De modo que as relações constituídas e vivenciadas no trabalho despertam as primeiras relações estabelecidas na infância. Assim, como também recordam antigos sentimentos e sensações relacionadas a figuras de autoridade.

3 DOS IMPACTOS SUBJETIVOS DO TRABALHO ÀS IMPLICAÇÕES PSICOPATOLÓGICAS DO ASSÉDIO MORAL

O trabalho, com as experiências de prazer e sofrimento nele implicadas, é um fator influente na identidade do sujeito. Portanto, possuem estreito valor não só com o que há de mais primário do humano, o seu desenvolvimento afetivo e subjetivo, mas também com os afetos que surgiram dessas relações. Estas que possuem uma forte presença no cotidiano dos indivíduos, pois o trabalho ocupa boa parte da vida dos sujeitos. Há de se considerar que os vínculos nele construídos possuem impacto recorrente.

A partir disso, diferentes afetos podem surgir dessas relações. Para além de simpatias e antipatias entre pares, há ainda o fator de autoridade. Figuras que representam poder e status, assim como também fomentam a competição. Tais elementos podem provocar grande prejuízo à saúde mental dos envolvidos. Especialmente com relação ao assédio moral, um fenômeno muito recorrente no mundo do trabalho. Para compreender melhor a abrangência de impacto ao psiquismo causado por esse tipo de assédio, é essencial entender a estreita relação do sujeito com sua atividade laboral.

3.1 A ÓTICA DE DEJOURS SOBRE A TRAMA ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E A SUBJETIVIDADE HUMANA

A fim de se compreender a significância do trabalho para a identidade do sujeito, há de se destacar o conceito de trabalho para Christophe Dejours: “[...] é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar” (DEJOURS, 2004, p.27).

Diante disso, entende-se que o trabalho é central para a vida dos indivíduos, uma atividade mobilizadora como um todo. Portanto, as questões que se inserem nesse terreno tomarão grande destaque em consequências para a vida subjetiva. Não só as atividades práticas e objetivas, como também os afetos nelas implicadas servirão como constituição de vínculo nas relações que as pessoas estabelecem no trabalho.

Para uma compreensão mais aprofundada sobre o mundo do trabalho vinculado ao mundo interno e subjetivo de cada ser, é de suma importância a contribuição teórica de Dejours em *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (2009). Ele parte do desafio da psicanálise de compreender como o contexto do mundo do trabalho impacta a intersubjetividade e a dinâmica intrapsíquica. Portanto, uma nova psicologia do trabalho abrange as transformações do sofrimento mental associadas à organização do trabalho. Este sofrimento designa-se enquanto campo intermediário entre doença e saúde, que irá emergir quando a relação homem-organização se encontra bloqueada, havendo o sofrimento e a luta contra o mesmo. Desse modo, uma via saudável para o trabalho perpassa pelo respeito à identidade, aos limites e potenciais da condição humana, imerso em uma organização ética.

A Psicodinâmica do Trabalho, desenvolvida por Dejours, apresenta-se enquanto “[...] estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pela evolução dos conflitos intersubjetivos e intrasubjetivos” (DEJOURS, 2009, p. 18-19). E o desafio para esta teoria encontra-se no objetivo de superar a distância que existe entre uma organização prescrita e uma organização real do trabalho. Isso envolve alguns perigos no que tangem à segurança, saúde e qualidade do que for produzido.

3.1.1 A concepção do trabalho

Para dar continuidade à discussão, é importante esclarecer a concepção de trabalho a que se baseiam este trabalho: “Trabalhar é preencher a lacuna entre o prescrito e o real” (DEJOURS, 2004, p. 28). Para ser executado, o trabalho precisa sobrepujar o prescrito a fim de cumprir com os objetivos elencados pela organização. O sujeito depara-se com o real de modo afetivo, e tal afetividade manifesta-se de forma a possibilitar uma “experiência do mundo e de si mesmo” (DEJOURS, 2004, p. 28). Nesse encontro com o real, tem-se como resultado o sofrimento afetivo, no qual concentra-se a subjetividade.

O sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real; ele é ao mesmo tempo proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para agir sobre o mundo, visando transformar este sofrimento e encontrar a via que permita superar a resistência do real. Assim, o sofrimento é, ao mesmo tempo, impressão subjetiva do mundo e origem do movimento de conquista do mundo (DEJOURS, 2004, p. 28).

Tal sofrimento é mais uma forma de vínculo com o trabalho, das experiências que versam com a esfera do prazer.

A psicodinâmica do trabalho defende a hipótese segundo a qual o trabalho não é redutível a uma atividade de produção no mundo objetivo. O trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar (DEJOURS, 2009, p. 30).

Portanto, entende-se que o trabalho é um grande mobilizador da subjetividade. Para além da esfera individual, o trabalho também se caracteriza como um modo de relação social. Dessa forma, é afetado pelas relações que estão tangentes ao coletivo, tal como o poder, as desigualdades e a dominação. O real do trabalho contempla o real do mundo objetivo e o real do mundo social.

Tendo essa teoria dejouriana em consideração, será possível compreender a carga psíquica do trabalho relativa às relações que se estabelecem no ambiente de trabalho. Dejours (2009) apresenta o encadeamento desenvolvido a partir de uma hostilidade vivenciada na organização, o sujeito passa a produzir fantasias (como “fantasmas agressivos”) e, assim, descarregando a tensão interior que consumirá a energia pulsional. O trabalhador possui três vias de descarga da sua energia: a psíquica, a motora e a visceral. Contudo, quando se ausentam as vias mentais e motora, tem-se como consequência um processo de somatização.

Em vista disso, Dejours assegura que o “[...] prazer do trabalhador resulta da descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza, o que corresponde a uma diminuição da carga psíquica de trabalho” (DEJOURS, 2009, p. 24). O sentimento de desprazer e tensão são frutos de uma inibição dessa descarga da energia no exercício do trabalho, que ocorre por desencadear a patologia quando não há intervenção da organização do trabalho.

3.1.2 Cooperação e relações sociais estabelecidas entre os trabalhadores

Nas interações previstas durante a execução do trabalho, depende-se ainda da cooperação para atingir os objetivos da organização.

A cooperação supõe, de fato, um compromisso que é ao mesmo tempo sempre técnico e social. Isto tem a ver com o fato de que trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e sempre, viver junto. E o viver junto não é algo evidente; ele supõe a mobilização da

vontade dos trabalhadores visando conjurar a violência nos litígios ou os conflitos que podem nascer de desacordos entre as partes sobre as maneiras de trabalhar (DEJOURS, 2004, p. 32).

Quando os indivíduos concordam em cooperar, isso implica, em dada porção e frequência, uma repressão da própria subjetividade. Levando isso em conta, há de se compreender que na origem da cooperação encontram-se dois pontos. Primeiro, quando não há regras claras de trabalho ou mesmo acordos normativos, o individualismo passa a desencadear inúmeros conflitos. Assim, a violência desencadeada afeta mais fortemente o sujeito em sua individualidade, agravando sentimento de frustração e injustiça, contribuindo para o adoecimento mental. Desse modo, a cooperação age como força maior em oposição aos processos adoecedores das organizações. Um outro ponto a se levar em conta diz respeito à visibilidade e reconhecimento fornecido pelo grupo. “[...] a cooperação é, também, uma modalidade essencial para a socialização e a integração a uma comunidade de pertencimento” (DEJOURS, 2004, p. 33).

A cooperação como potencial articulador das relações sociais estabelecidas no trabalho é um importante fator para aprimorar a organização do trabalho. Isso promoveria uma melhoria não só na vida individual de cada trabalhador, como também na cultura e civilização como um todo. Dejours propõe ainda a possibilidade de manter a subjetividade singular conjuntamente à ação coletiva na sociedade. Todavia, há de se destacar que o trabalho pode oferecer melhor impacto para a vida humana somente quando a subjetividade é reconhecida e respeitada (DEJOURS, 2004, p. 33).

A organização do trabalho possui dinamicidade e uma evolução que acompanha a historicidade na qual está inserida. Após o marco neoliberal, perpetuou-se uma concepção do trabalho pautada no sacrifício da subjetividade em prol da rentabilidade e também da competitividade. Entrou em vigor um percurso direcionado à individualização, conjuntamente a uma concorrência generalizada (DEJOURS, 2004, p. 34).

Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias, em particular os suicídios os próprios locais de trabalho - o que não aconteceria jamais antes da virada neoliberal - e o desenvolvimento da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão de patologias do assédio (DEJOURS, 2004, p. 33).

3.1.3 Sofrimento e defesa no trabalho

Segundo Dejours (1999), a concepção de sofrimento passou a ocupar uma posição entre o extremo da saúde mental (bem-estar psíquico) e a doença mental descompensada. A partir disso, insere-se um importante fator: a defesa. Quando bem desenvolvida, esta torna-se eficaz no combate ao sofrimento do sujeito. No âmbito do trabalho, há especificamente as *estratégias coletivas de defesa*, utilizadas e sustentadas pelos trabalhadores em diferentes ocupações laborais.

A normalidade é hoje interpretada como o resultado de um compromisso entre o sofrimento e as estratégias de defesa, individuais e coletivas. A normalidade não supõe, portanto, ausência de sofrimento. Ao contrário, é preciso manter um conceito de normalidade ‘com sofrimento’, [...] como resultado conquistado mediante uma luta feroz entre as exigências do trabalho e a ameaça de desestabilização psíquica e somática (DEJOURS, 1999, p. 19).

Tais estratégias coletivas de defesa, ainda que estabelecidas no coletivo por meio da cooperação entre os indivíduos, implica um sofrimento que se mantém único e individual. Acerca desse caráter próprio de cada sujeito, há de se destacar que a psicanálise concebe a construção da identidade como inacabada durante toda a vida. E nesse espaço, integra-se um sofrimento que é herdado do sofrimento dos pais (DEJOURS, 1999).

As marcas que cada pessoa carrega testemunham a incapacidade de seus pais para fazê-la transpor obstáculos que os próprios pais não conseguiram ultrapassar, devido à própria psicose. [...] Dizemos que o sofrimento no trabalho é expectativa com relação à autorrealização, ou seja, para ultrapassar os obstáculos que nossos pais não conseguiram nos fazer transpor (DEJOURS, 1999, p. 20).

Para a construção da própria identidade, o sujeito necessita do olhar do outro, envolvendo um “engajamento do mundo intersubjetivo”. Dessa forma, para a psicodinâmica do trabalho, tal construção atua em dois campos: “[...] primeiro no amor, como construção da identidade no campo erótico; por outro lado, no trabalho, dando acesso à construção da identidade no campo social” (DEJOURS, 1999, p. 21).

A construção da identidade no campo social recorre a um terceiro elemento: o real. Assim, o reconhecimento dessa identidade implica um contato do sujeito com o real, a relação que ele estabelece no trabalho. “Somente depois de ter reconhecida a qualidade de meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro da identidade” (DEJOURS, 1999, p. 21).

Acerca, mais especificamente, da relação trabalho-saúde mental, há de se considerar a dimensão social. A teoria dejouriana afirma que as relações sociais no trabalho se articulam a um modelo de funcionamento psíquico que engloba uma interface singular-coletivo. Quando ocorre um desaparecimento do convívio cotidiano, atinge-se um ponto de crise de cooperação e da relação psíquica com o trabalho. Em decorrência disso, a relação do homem com o trabalho será bloqueada, adentrando-se, assim, a esfera do sofrimento. A partir disso, a Psicopatologia do Trabalho se insere ao buscar compreender as “[...] relações entre condutas, comportamentos, vivências de sofrimento e prazer [...]” (DEJOURS, 2009) e “[...] a organização do trabalho e as relações sociais de trabalho [...]”.

Portanto, a violência promovida pelo assédio moral promove forte impacto à identidade do sujeito. Isso tendo em vista a importância do convívio social e do coletivo para a construção da subjetividade humana. Com os movimentos de hostilidade e agressividade proferidos, haverá um questionamento sobre a validade do próprio trabalho, como também sobre o “valor” de si mesmo. Uma ferida no que há de mais essencial e individual.

3.2 ASSÉDIO MORAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL DO SUJEITO

Enfim esclarecida e ressaltada a importância do trabalho para a subjetividade de cada indivíduo, cabe agora compreender como isso se interliga ao assédio moral. Uma prática violenta muito recorrente no trabalho, independente do cargo ocupado. Esse tipo de assédio acontece em diferentes níveis, assim como também é a diversidade das consequências.

3.2.1 O assédio moral e seus efeitos

Marie-France Hirigoyen consolidou em sua formação um destaque pioneiro na compreensão do assédio moral no trabalho. Tal teórica traz uma compreensão ampla sobre a conceituação desse tipo de violência.

Por assédio moral em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade, ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (HIRIGOYEN, 2019, p. 65).

Ela destaca que essa questão engloba dois fenômenos: o do abuso de poder e o da manipulação perversa. Enquanto o primeiro é revelado com mais rapidez, o segundo se instaura mais insistentemente no contexto do trabalho, causando uma perpetuação ainda mais devastadora. Inicialmente, as pessoas que recebem tal violência disfarçam o constrangimento e incômodo. À medida que os ataques se proliferam, a vítima é colocada ainda mais nesse lugar de isolamento, refém das hostilidades sem limites. “É a repetição dos vexames, das humilhações, sem qualquer esforço no sentido de abrandá-las, que torna o fenômeno destruidor” (HIRIGOYEN, 2019, p. 65).

Na realidade, em um momento de crise, tende-se a acentuar o mecanismo mais habitual: uma empresa rígida torna-se ainda mais rígida, um empregado depressivo torna-se ainda mais depressivo, um agressivo ainda mais agressivo etc. Acentua-se aquilo que se é. Uma situação de crise pode, sem dúvida, estimular um indivíduo e levá-lo a dar o melhor de si para encontrar soluções, mas uma situação de violência perversa tende a anestesiá-lo a vítima, que não irá mostrar senão o que tem de pior (HIRIGOYEN, 2019, p. 67).

O assédio moral é um fenômeno circular. Há uma série de comportamentos deliberados voltados à vítima, provocando nela sensações de ansiedade e uma atitude mais defensiva. “Depois de certo tempo de evolução do conflito, surgem fenômenos de fobia recíproca: ao ver a pessoa que ele detesta, surge no perseguidor uma raiva fria, desencadeia-se na vítima uma relação de medo” (HIRIGOYEN, 2019, p. 65). E assim, o medo sofrido poderá tornar-se um alibi para agressões retroativas.

Quando o processo de assédio se estabelece, a vítima é estigmatizada: dizem que é de difícil convivência, que tem mau caráter, ou então que é louca. Atribui-se à sua personalidade algo que é consequência do conflito e esquece-se o que ela era antes, ou o que ela é em um outro contexto. Pressionada ao auge, não é raro que ela se torne aquilo que querem fazer dela. Uma pessoa assim açoitada não consegue manter seu potencial máximo: fica desatenta, menos eficiente e de flanco aberto às críticas sobre a qualidade de seu trabalho. Torna-se, então, fácil afastá-la por incompetência profissional ou erro (HIRIGOYEN, 2019, p. 69).

As manifestações de assédio podem ocorrer entre colegas, entre subordinado e superior (podendo a agressão partir de ambos lados). E tal ação perpassa por diversas etapas, tendo em comum, a recusa à comunicação. Na primeira etapa, há uma recusa à comunicação direta, o agressor nega-se a explicar sua atitude, impedindo a solução do conflito. Em seguida, na segunda etapa, ocorre a desqualificação da vítima, o agressor profere uma linguagem permeada por “mal-entendidos”. Então, na terceira etapa, desacredita-se da vítima como forma de promover a perda

da autoconfiança. Isso acaba por causar um isolamento, na quarta etapa. Segue-se atos vexatórios a degradar o trabalho da vítima na posterior quinta etapa. Por fim, provoca-se uma indução ao erro, tornando a vítima, nessa sexta etapa, alvo de menosprezo e provocação. É possível ainda, uma outra etapa caracterizada pelo assédio sexual (HIRIGOYEN, 2019).

Esse encadeamento de ações violentas acaba por gerar sérias consequências à vítima que causam afetos destrutivos a longo prazo. Primeiramente, a vítima vivencia um choque ao se defrontar com a realidade da agressão, sentindo-se manipulada e lesada, perdendo sua autoestima e dignidade. Posteriormente, segue-se um estado de descompensação, quando os limites são rompidos. “A capacidade de resistência de um indivíduo não é ilimitada, sofre uma erosão progressiva, que leva a um esgotamento psíquico” (HIRIGOYEN, 2019, p. 177). Hirigoyen informa ainda que nessa fase, é comum encontrar um estado ansioso generalizado e também um estado depressivo, ligado ao esgotamento e excesso de estresse.

Em outras vítimas, a resposta é fisiológica: úlceras de estômago, doenças cardiovasculares, doenças de pele...Vemos algumas emagrecerem, tornarem-se fracas, expressando no corpo um dano psíquico de que não tomam consciência e que pode ir até a destruição da própria identidade. As perturbações psicossomáticas não resultam diretamente da agressão, mas do fato de o sujeito estar incapaz de reagir. Faça ele o que fizer, está errado, faça o que fizer, é culpado (HIRIGOYEN, 2019, p. 179).

Em momentos seguintes a esses apresentados, tem-se a etapa de separação, na qual a vítima reage de duas formas: aceitando a dominação, ou revoltando-se e buscando sair da situação. “Na maior parte das vezes, as vítimas reagem quando conseguem ver essa violência atuando sobre uma outra pessoa, ou quando conseguiram encontrar um aliado ou um apoio externo” (HIRIGOYEN, 2019, p. 181).

Mesmo quando as vítimas, ao cabo de um esforço para se separar, perdem todo contato com seu agressor, são inegáveis as consequências traumáticas de uma passagem de sua vida em que tenham sido reduzidas à condição de objeto: toda lembrança ou novo acontecimento terá um novo sentido, relacionado com a experiência vivida (HIRIGOYEN, 2019, p. 181).

A evolução de todo esse doloroso processo de efeitos do assédio moral, culmina na libertação da vítima quando há um afastamento do agressor. Segundo Hirigoyen, o interesse pelo trabalho ressurge quando está suspensa a fase de choque. Contudo, as humilhações e agressões vividas permanecem inscritas na memória “[...] revividas por imagens, pensamentos, emoções

intensas e repetitivas, seja durante o dia, com impressões bruscas de iminência de uma situação idêntica, ou durante o sono, provocando insônias e pesadelos” (HIRIGOYEN, 2019, p. 183).

3.2.2 Implicações legais do assédio moral

De acordo com a cartilha *Assédio moral e sexual: previna-se*, produzida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, ainda não há um ordenamento jurídico nacional. Enquanto isso, em empresas privadas, há alguns projetos de leis que visam à regulamentação.

[...] a exemplo do Projeto de Lei nº 4.591/01, que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral por servidores públicos da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais em desfavor de seus subordinados, alterando o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/90). Vários destes projetos relacionados aos servidores públicos já se encontram aprovados e transformados em lei como em São Paulo (SP), Natal (RN), Cascavel (PR), Guarulhos (SP) e Campinas (SP), entre outros (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 9).

A cartilha ainda nos esclarece que, em uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1996, constatou-se que 12 milhões de trabalhadores situados na União Europeia desenvolveram prejuízos na saúde mental devido às condições humilhantes no trabalho.

Diante dessa realidade, a Justiça do Trabalho tem se posicionado independentemente da existência de leis específicas. “A teoria do assédio moral se baseia no direito à dignidade humana, fundamento da República Federativa do Brasil, como prevê o artigo 1º, inciso III, da Constituição”, observa a ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, do Tribunal Superior do Trabalho. “É possível citar, também, o direito à saúde, mais especificamente à saúde mental, abrangida na proteção conferida pelo artigo 6º, e o direito à honra, previsto no artigo 5º, inciso X, também da Constituição”, acrescenta (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 10).

Além disso, cabe mencionar ainda outros artigos constitucionais aptos a contemplar essa problemática do assédio moral.

A Constituição Federal, em seu artigo 1º, fixa os fundamentos da República, entre eles: cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais da livre iniciativa (CF/1988, art. 1º, incisos II, III e IV). Em seu artigo 3º, a CF/1988 elenca os objetivos fundamentais da República: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF/1988, art. 3º, incisos I e IV). A Constituição Federal prevê, ainda, em

seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (...) III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (CF/1988, art. 5º, incisos I e III) (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 11).

Desse modo, levando em conta toda a exposição acerca das consequências do assédio moral, conclui-se uma urgência no processo legal para punição de tal violência. Ainda que alguns artigos constitucionais contemplem tal questão, a não objetividade para isso dificulta o acesso das vítimas a eventuais resoluções de situações de hostilidade que vivenciam no trabalho. Recai também, enquanto problemática, a dificuldade de implementar ações de prevenção nos espaços laborais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de ressaltar a importância da pesquisa em questão, buscou-se verificar a existência de outras produções científicas que englobam o assédio moral relacionado aos conflitos familiares. Primeiramente, foi feita uma pesquisa na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online) com o termo “assédio moral” e “conflitos familiares” na busca. Entretanto, não se obteve resultados. Posteriormente, buscou-se por “assédio moral”, com filtro para os anos de 2021 a 2023. Dessa vez, tendo quinze publicações como resultado. Desse total, apenas um artigo estabelece uma relação, em seu resumo, entre o assédio moral e o ambiente familiar: “O assédio moral nas organizações: as consequências dessa prática para a sociedade”, com autoria de Carla de Fátima Nascimento Queiroz de Paula, Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta e Rejane Prevot Nascimento.

O conteúdo do artigo em questão perfaz um caminho para entender o conceito de assédio moral por diferentes autores, em especial, Marie France Hirigoyen, referência nesse tema de pesquisa. Além disso, apresenta também as origens e tipos de manifestações desse assédio. A partir das consequências que são anunciadas, é possível verificar o lugar da família nessa questão no seguinte momento:

O comportamento das vítimas acaba por interferir em outras esferas de seus relacionamentos, muitas acabam reproduzindo situações de violência junto ao seio familiar e social. Outras optam por se isolar da família e de seus amigos, o que potencializa as fragilidades e amplia os efeitos e as consequências do assédio moral sofrido. (PAULA et al., 2021, p. 480).

Esse fragmento de texto permite identificar os efeitos do assédio moral a partir da perspectiva da vítima. Esta acaba por perpetuar na família algo que foi vivido no trabalho, um mecanismo oposto ao objetificado pela pesquisa em questão. Desse modo, as autoras do artigo estabelecem um foco sobre a reprodução da violência na família ou reclusão nesse meio por parte da pessoa que vivenciou, primeiramente, um contexto violento no trabalho. Enquanto que, o presente trabalho, busca recuperar na família a vivência de comportamentos violentos que levarão, futuramente, um indivíduo a reproduzir tal ação no trabalho com outra pessoa.

Portanto, as produções acadêmicas realizadas nos últimos dois anos, ainda que considerem o contexto familiar, o veem a partir de um deslocamento de olhar, no que tange a sequência de

reprodução da violência. Esse espaço temático a ser preenchido reitera a importância por mais produções nesse teor, despertando, inclusive, para a relevância científica da pesquisa em questão.

Além disso, buscou-se verificar se diferentes conceitos de assédio moral tangem aspectos familiares. Por meio de uma busca simples no Google por “conceito de assédio moral”, observou-se um destaque em frequência de resultados para três autoras: Marie-France Hirigoyen, Margarida Maria Silveira Barreto e Lis Andréa Pereira Soboll. Na tabela abaixo é possível conhecer o significado de assédio moral para cada autora citada anteriormente, em especial uma recuperação do conceito de Hirigoyen exposto no capítulo dois desta pesquisa.

Tabela 2 - Conceitos de “assédio moral”

(continua)

Autoras	Conceitos de “assédio moral”
Marie-France Hirigoyen ²	<i>Por assédio moral em um local de trabalho temos que entender toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se sobretudo por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade, ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho.</i> ³
Margarida Maria Silveira Barreto ⁴	<i>Assédio é uma forma sutil de violência que envolve e abrange múltiplos danos, tanto de bens materiais como moral, no âmbito das relações laborais. O que se verifica no assédio é a repetição do ato que viola intencionalmente os direitos do outro, atingindo sua integridade biológica e causando transtornos à saúde psíquica e física. Compreende um conjunto de sinais em que se estabelece um cerco ao outro sem lhe dar tréguas. Sua intencionalidade é exercer o domínio, quebrar a vontade do outro, impondo término ao conflito quer pela via da demissão ou sujeição.</i> ⁵

² Marie-France Hirigoyen é psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta de família. Sua formação em vitimologia, na França e nos Estados Unidos, levou-a a realizar pesquisas sobre assédio moral.

³ HIRIGOYEN, Marie-Françie. Assédio moral: a violência perversa do cotidiano. Tradução Maria Helena Kuhner, 8ª ed., Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006, p. 65.

⁴ Médica e pesquisadora com destaque no meio científico e sindical, pioneira nos estudos sobre assédio moral no trabalho e precursora nas questões relativas ao assédio sexual e consequências no trabalhador.

⁵ Barreto, Margarida Maria Silveira. Assédio moral: a violência sutil - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 49-50.

Tabela 2 - Conceitos de “assédio moral”

(conclusão)

Autoras	Conceitos de “assédio moral”
Lis Andréa Pereira Soboll ⁶	<i>Reservamos o termo assédio moral para descrever situações extremas de violência psicológica no trabalho, de natureza processual, pessoalizada, mal-intencionada e agressiva. Entendemos que o assédio moral se configura como um conjunto articulado de armadilhas preparadas, premeditadas, repetitivas e prolongadas. Os comportamentos hostis ocorrem repetidas vezes e por um período de tempo estendido. Sua prática é permeada de intencionalidade no sentido de querer prejudicar, anular ou excluir um ou alguns alvos escolhidos.⁷</i>

Fonte: HIRIGOYEN (2019); BARRETO (2005); SOBOLL (2008)

O assédio moral no ambiente de trabalho recupera afetos primários dos indivíduos. A partir da pesquisa em questão, possibilitou-se observar de que forma os conflitos familiares são atualizados no convívio profissional, em especial nas vivências de hostilidade. A forma que cada sujeito se constituiu ao longo da vida entra em choque nas relações entre pares. Seja qual for o teor delas, em especial a vivida no trabalho, as pessoas estão suscetíveis a recuperar afetos traumáticos e de sofrimento.

Conforme recuperado em Freud, no primeiro capítulo dessa pesquisa, o vínculo com o outro é um fator intrínseco à constituição do sujeito. Desde bebê, é na presença e relação entre pares, em especial com o seu cuidador, que os indivíduos estabelecem um contato com o mundo. Dessa forma, fica clara a importância que o teor dessas relações produz forte impacto na vida dos envolvidos. São nas primeiras relações que a criança se depara com os afetos e os conflitos. Assim como também, sobre o modo no qual eles são assimilados.

No caso da fixação na fase sádico-anal, de grande valor para a temática dessa pesquisa, já é possível antever alguns comportamentos violentos que poderão ser repetidos em outras relações. A agressividade típica dessa etapa da vida sexual infantil requer da criança, conforme assegurado por Freud, uma renúncia do seu prazer em prol do respeito social. Isso estará diretamente

⁶ Professora, palestrante e pesquisadora na temática do assédio moral no trabalho.

⁷ SOBOLL, Lis Andréa Pereira. Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho — São Paulo: Casa do Psicólogo®, 2008, p. 32.

relacionado ao contato com as figuras de autoridade, os cuidadores como sendo os primeiros, e as figuras de liderança no trabalho posteriormente. Em episódios de exposição a conflitos, alguns afetos são acordados, conforme se deram tais questões conflituosas na infância.

O enfrentamento com a autoridade remonta também à possibilidade de fixação na fase fálica, na qual é instaurado o conflito edipiano. Os afetos de ódio direcionados ao cuidador, que possui o falo, poderão ser revividos em futuras desavenças nas relações profissionais. Soma-se a isso, questões conflituosas típicas de status e abuso de poder que comumente são vividas no mundo do trabalho. Assim como é passível de acontecer com o assédio moral. As agressões direcionadas à vítima, que buscam desqualificá-la, podem remontar situações vividas pelo agressor com seus pais, cuidadores. Como no complexo edipiano de tomada do pai como ideal.

No processo de identificação do sujeito, a partir da teoria freudiana, há variados processos para além do que abrange o Édipo. E nelas destacam-se o caráter de ambivalência nas relações, tanto estão passíveis afetos de amor, quanto de ódio. Tendo em vista que os processos subjetivos de vinculação e afeto percorrerão pelo investimento da libido. Tais processos também estarão ligados à introjeção, e seu diálogo com as questões traumáticas.

Ferenczi apresenta isso por meio da “identificação com o agressor”, na qual ocorre uma introjeção do agressor. Assim, fala-se de um trauma desestruturante que se liga às relações sociais estabelecidas na infância que produzirão efeito na desorganização do aparelho psíquico. Isso inicia-se quando ocorrem as primeiras situações de conflito na infância, no qual o seu marco se dá pela submissão às leis dos adultos. Mais tarde isso associa-se aos momentos de sujeição às leis do trabalho. Algumas relações conflituosas estarão suscetíveis a surgir por remontar algumas fixações traumáticas.

No jogo de punições que os adultos impõem à criança promove-se um choque, a qual ela assimilará por meio de uma fuga da realidade. No assédio moral, quando a vítima vivencia um choque semelhante, fruto de uma cadeia de hostilidade, ocorre um estado de descompensação. As vias da vítima seguirão para um estado ansioso generalizado, ligado ao esgotamento e estresse vivenciados por reiteradas situações de humilhação. Isso pode agravar as consequências psicopatológicas quando a essa vítima são acordados traumas vividos na infância. Quando se fala em traumas desestruturantes, ou mesmo das fixações traumáticas que são acordadas, tanto agressor ou vítima estão suscetíveis a tais mecanismos psíquicos.

O efeito traumático, averiguado por Freud pelo valor das neuroses traumáticas, pode ser levado a uma compulsão à repetição. Ainda que o objetivo não atingido seja a de compreensão e solução do evento em questão, todo esse processo serve como forma de elaboração do vivido. E por isso, a importância de se compreender tais encadeamentos de violência que percorrem toda a vida. Quando essa compreensão é possível, ações de teor preventivo podem ser acionadas. Esses comportamentos violentos trazem um adoecimento a todos que estão presentes no cenário. Ainda que variado o grau dos efeitos, o que há de mais íntimo e subjetivo pode ser acordado. Isso tendo em vista que o trabalho está diretamente relacionado à identidade do sujeito.

Dejours ressalta a importância do trabalho no campo subjetivo por promover a conexão do sujeito com o campo social e, sobretudo, o real. É nesse contato que se tem a experiência de prazer e sofrimento que o cenário laboral é capaz de promover. Tal ambivalência que é possível de ser identificada não só nesse tipo de relação, como também nas intra e interpessoais. Portanto, ambas experiências são vivenciadas de modo afetivo. Tendo isso em vista, uma via saudável é muito importante durante a vivência cotidiana. Para isso, deve-se haver um respeito à identidade e aos limites dos indivíduos.

No caso do assédio moral no trabalho, ocorre em oposição a esse caminho saudável. A identidade é diretamente afetada, bem como também faz com que o sujeito questione a si mesmo sobre toda a situação. Para além das inseguranças promovidas, toda estrutura psíquica é afetada com a validação da violência por outros que apenas assistem às humilhações. Quando a organização do trabalho é rígida, soma-se a isso uma ausência de olhar para a gravidade da situação. O sujeito tem seu trabalho prejudicado pelos afetos destrutivos do assédio.

Deve-se levar em consideração três componentes da relação homem-organização do trabalho: a fadiga, que faz com que o aparelho mental perca sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. O defeito crônico de uma vida mental sem saída mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas (DEJOURS, 1992, p. 122).

Portanto, uma via sem saída é capaz de promover forte adoecimento. Um caminho que não permita à vítima reconhecer e combater a violência sofrida, e ao agressor identificar suas atitudes destruidoras e sofrer punições para extinção de tais atos. Observa-se que são ações em conjunto, que abarquem todos os integrantes do ciclo de hostilidade. Assim como também é importante

integrar aqueles que convivem direta ou indiretamente nesse cenário. Tudo isso ao levar em conta que o sujeito é constituído por relações e afetos, capazes de trazerem à tona questões que afetem a saúde mental.

Quando ações de prevenção e combate da violência não são tomadas, o assédio moral torna-se um forte desencadeador de psicopatologias. Consequências que perpassam pelo campo psíquico e também físico.

Quando as defesas caracteriais e comportamentais não conseguem conter a gravidade dos conflitos ou a realidade, tais sujeitos não descompensam de um modo neurótico, nem de um modo psicótico. A desorganização à qual sucumbe o doente não se traduz por sintomas mentais, mas pelo aparecimento de uma doença somática (DEJOURS, 1992, p. 126).

Tudo isso reitera o quanto o sujeito está interligado às vivências reais do trabalho, ou seja, o que é vivido com afeto. A mobilização subjetiva que acontece neste campo é capaz de acordar conflitos primários. Contudo, também possui um potencial fator de fortalecimento da estrutura psíquica quando há forças que promovam a cooperação entre os trabalhadores. Por isso, a importância de uma organização do trabalho flexível.

Quanto mais rígida for a organização do trabalho, menos ela facilitará estruturas favoráveis à economia psicossomática individual. A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operário às necessidades de sua estrutura mental (DEJOURS, 1992, p. 128).

Portanto, um campo de trabalho fortalecedor da identidade percorre por caminhos de validação e amparo ao indivíduo, levando em conta sua subjetividade. A importância da tarefa, da inteligência e do fazer na atividade laboral se faz a partir do afeto implicado. O investimento que vai além da esfera objetiva, e abarca o que há de mais singular, para um potencial fortalecimento no coletivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão permitiu a compreensão de como os conflitos no ambiente de trabalho podem espelhar vivências de conflito no contexto intrafamiliar. Especialmente, no que tange às práticas de assédio moral. E como isso se relaciona à importância das relações que o sujeito constitui ao longo da vida. As vivências de sofrimento acordadas na vida adulta destacam processos desestruturantes na infância, como parte da estrutura psíquica do indivíduo. Portanto, são composições de etapas da vida que fazem o sujeito ser quem ele é. E, por isso, a necessidade de reconhecimento da natureza e origem da violência, como propósito de melhor desenrolar do combate.

Desse modo, destaca-se em importância a necessidade de mais pesquisas que abranjam a promoção de boas relações tanto na família, quanto no trabalho. Fomentação de espaços para escuta e elaboração de eventos traumáticos na infância. Para que, dessa forma, a propagação da violência possa ser antecipadamente identificada e impedida.

Essa luta contra o assédio moral redobra muitos fatores, dos mais dinâmicos e complexos. Ainda que um cenário com total ausência seja um objetivo desafiador, outros trabalhos para esse tal caminho se fazem necessários. A identificação dos processos envolvidos, tais quais os reflexos de conflitos vivenciados durante a vida, pode ser um ponto de partida essencial. Ao restante do caminho, cabe um olhar para uma conexão do sujeito entre a família e o trabalho com mais saúde. Tudo isso envolve não somente o par vítima-agressor, como também toda a rede de convívio. Assim como os indivíduos se constituem nas relações que estabelecem, as problemáticas que nelas surgem devem ser compreendidas sob o mesmo entrelaçamento.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio moral: a violência sutil - análise epidemiológica e psicossocial no trabalho no Brasil**. 2005. 236 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTILHO, A. L. P. DE . **Revisitando o primeiro modelo freudiano do trauma: sua composição, crise e horizonte de persistência na teoria psicanalítica**. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 16, n. 2, p. 235–250, jul. 2013.

CINTRA, Elisa Maria de Ulhôa. **Introjeção, incorporação e identificação com o agressor: considerações a partir de Sándor Ferenczi**. *Ide (São Paulo)*, São Paulo , v. 40, n. 66, p. 81-98, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062018000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2023.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Assédio moral e sexual: previna-se / Conselho Nacional do Ministério Público**. – Brasília : CNMP, 2016. 28 p. il.

COUTO, Daniela Paula do. **Freud, Klein, Lacan e a constituição do sujeito**. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora , v. 11, n. 1, p. 1-2, jun. 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472017000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.24879/201700110010094>.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**/Christophe Dejours; tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira - 5 ed. ampliada -. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

DEJOURS, C. **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho**. São Paulo: Fundap/FGV, 1999.

DEJOURS, C *et al.* **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DEJOURS, C.. **Subjetividade, trabalho e ação**. Production, v. 14, n. 3, p. 27–34, set. 2004.

FAVERO, A. B.; RUDGE, A. M. **Trauma e desmentido**. Psychologica, [S. l.], n. 50, p. p. 169-180, 2009. DOI: 10.14195/1647-8606_50_8. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_50_8. Acesso em: 16 ago. 2023.

FERENCZI, S. (1932) **Confusão de língua entre os adultos e a criança**. In: Ferenczi, (1992) Obras Completas Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011, pp.111-121.

FERENCZI, S. (1934) **Reflexões sobre o trauma**. In: Ferenczi, (1992) Obras Completas Psicanálise IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011, pp.125-135.

FONTES, Flávio Fernandes. **O conflito psíquico na teoria de Freud**. Psyche (Sao Paulo), São Paulo , v. 12, n. 23, dez. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382008000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 jan. 2024.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer** (1920). In. Obras Completas [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, vol. 14, p. 120- 178.

FREUD, S. **A dissolução do Complexo de Édipo** (1924). In. Obras Completas [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, vol. 16, p. 182-192.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos** (1920-1923). In. Obras Completas [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 15.

FREUD, S. **Recordar, repetir e elaborar** (1914). In. Obras Completas [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, vol. 10, p. 146-158.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905). In. Obras Completas [tradução Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, vol. 6, p.13-172.

GONCALVES, Fabrício de Siqueira; CAROPRESO, Fátima Siqueira. **A agressividade na etapa inicial da teoria freudiana**. Tempo psicanal., Rio de Janeiro , v. 54, n. 1, p. 229-254, jun. 2022

. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382022000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, V. C.; CELES, L. A. M.. **O psíquico e o social numa perspectiva metapsicológica: o conceito de identificação em Freud**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 23, n. 3, p. 341–346, jul. 2007.

GUZMAN, Marcelo Chapa; DERZI, Carla de Abreu Machado. **O trauma e seu tratamento: contribuições de Freud e Lacan**. Rev. Subj., Fortaleza , v. 21, n. 1, p. 1-14, abr. 2021 .

Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692021000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 dez. 2023. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e9254>.

HIRIGOYEN, Marie-Francie. **Assédio moral: A violência perversa do cotidiano**. Tradução de Maria Helena Kuher, 17 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019: Le harcelement moral.

LUONGO, Jussara e FREITAS, Genival Fernandes de e FERNANDES, Maria de Fátima Prado. **Caracterização do assédio moral nas relações de trabalho: uma revisão da literatura**. Cultura de los Cuidados: Revista de Enfermería y Humanidades, v. 15, n. 30, p. 71-78, 2011Tradução . .

Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/54ea031c-3541-42a5-b07e-6b5a164ea63d/FREITAS%2C%20G%20F%20de%20doc%2042.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PAULA, C. DE F. N. Q. DE .; MOTTA, A. C. DE G. D.; NASCIMENTO, R. P.. **O assédio moral nas organizações: as consequências dessa prática para a sociedade**. Serviço Social & Sociedade, n. 142, p. 467–487, set. 2021.

PIZUTTI, Jaqueline Machado. **A constituição do sujeito na psicanálise**. 2012.

SOBOLL, Lis Andréa Pereira. **Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho** — São Paulo : Casa do Psicólogo®, 2008.